Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652

RISCOS ASSOCIADOS AOS INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL NO MERCADO FINANCEIRO BRASILEIRO

RISKS ASSOCIATED WITH VARIABLE INCOME INVESTMENTS IN THE BRAZILIAN FINANCIAL MARKET

Rodrigo Ramos Castro
Discente, Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS, Brasil
E-mail: rodrigocastro@unitins.br
Marisa de Sousa Brito
Docente, Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS, Brasil
E-mail: marisa.sb@unitins.br

Recebido: 19/09/2025 – Aceito: 23/09/2025

Resumo

Este estudo, desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, tem como tema central a análise dos riscos associados aos investimentos em renda variável no mercado financeiro brasileiro. O trabalho possui os seguintes objetivos específicos: apresentar de forma clara e abrangente os riscos inerentes a essa classe de ativos; identificar e categorizar os principais tipos de riscos envolvidos; verificar o impacto da elevada volatilidade característica do mercado acionário brasileiro nos retornos dos investidores; e examinar a influência de fatores macroeconômicos e políticos domésticos na performance e no comportamento dos ativos de renda variável. A metodologia empregada é de natureza qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, com uma abordagem explicativa. Por meio da revisão de literatura especializada, artigos acadêmicos, relatórios de instituições financeiras e dados de mercado, o estudo busca explicar as relações de causa e efeito por trás dos riscos identificados. A investigação aprofunda a conceituação de riscos fundamentais, como o risco de mercado – associado às perdas decorrentes de flutuações nos preços de ações, taxas de juros e câmbio – e o risco de liquidez – relacionado à dificuldade de converter um ativo em moeda sem perda significativa de valor. Adicionalmente, o trabalho detalha as características e os riscos inerentes aos principais instrumentos de renda variável disponíveis no Brasil, tais como ações (ordinárias e preferenciais), BDRs (Brazilian Depositary Receipts), debêntures, ETFs (Exchange Traded Funds) e Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs).Conclui-se que a compreensão detalhada dessa tipologia de riscos e dos instrumentos que os incorporam é um requisito fundamental para que investidores possam traçar estratégias conscientes, gerenciar suas carteiras de forma eficaz e tomar decisões de investimento mais informadas e seguras no complexo ambiente do mercado de capitais brasileiro.

Palavras-chave: Risco; Renda Variável; Volatilidade; Mercado Financeiro.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652

Abstract

This study, developed as a final project for the Tocantins State University (UNITINS), focuses on analyzing the risks associated with variable income investments in the Brazilian financial market. The work has the following specific objectives: to clearly and comprehensively present the risks inherent to this asset class; to identify and categorize the main types of risks involved; to verify the impact of the high volatility characteristic of the Brazilian stock market on investor returns; and to examine the influence of domestic macroeconomic and political factors on the performance and behavior of variable income assets. The methodology employed is qualitative in nature, based on bibliographic and documentary research, with an explanatory approach. Through a review of specialized literature, academic articles, financial institution reports, and market data, the study seeks to explain the cause-and-effect relationships behind the identified risks. The research deepens the conceptualization of fundamental risks, such as market risk—associated with losses arising from fluctuations in stock prices, interest rates, and exchange rates—and liquidity risk—related to the difficulty of converting an asset into currency without significant loss of value. Additionally, the work details the characteristics and risks inherent to the main variable income instruments available in Brazil, such as shares (common and preferred), BDRs (Brazilian Depositary Receipts), debentures, ETFs (Exchange Traded Funds) and Real Estate Investment Funds (FIIs). It is concluded that a detailed understanding of this type of risks and the instruments that incorporate them is a fundamental requirement for investors to be able to outline conscious strategies, manage their portfolios effectively and make more informed and safe investment decisions in the complex environment of the Brazilian capital market.

Keywords: Risk; Variable Income; Volatility; Financial Market.

1. Introdução

O mercado financeiro brasileiro, caracterizado por sua dinâmica e complexidade, oferece uma gama diversificada de oportunidades de investimento. Dentre estas, a renda variável destaca-se pelo potencial de retornos superiores no longo prazo, atraindo uma parcela crescente de investidores. Contudo, esse potencial é inexoravelmente acompanhado por um maior grau de incerteza e risco, entendido neste estudo como a probabilidade de flutuações adversas e eventos inesperados que resultem em perdas de capital ou retornos inferiores aos esperados. A volatilidade inerente a este mercado, frequentemente amplificada por um cenário macroeconômico e político instável, configura um ambiente desafiador que demanda uma compreensão profunda e sistemática dos riscos envolvidos.

A literatura especializada categoriza e discute amplamente os riscos financeiros, porém, a aplicação prática desses conceitos ao contexto específico do mercado brasileiro, com suas particularidades institucionais, econômicas e de desenvolvimento, merece uma investigação mais focalizada. É nesta lacuna que o presente artigo se insere, buscando oferecer uma análise contextualizada que auxilie tanto a academia quanto os praticantes do mercado.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652

Diante desse contexto, o tema deste artigo é a análise dos riscos associados aos investimentos em renda variável no mercado financeiro brasileiro. Seu objetivo geral é apresentar e analisar os principais riscos dessa modalidade de investimento. Para operacionalizar esta análise, definem-se os seguintes objetivos a identificação e categorização dos principais tipos de riscos (mercado, liquidez, crédito, político) inerentes aos investimentos em renda variável, a verificação dos impacto da alta volatilidade do mercado acionário brasileiro na performance de carteiras de ações e ainda o exame da influência de fatores macroeconômicos (como taxa de juros, inflação e crescimento do PIB) e políticos na valuation e no comportamento dos ativos.

A hipótese central que guia a pesquisa é a de que os investimentos em renda variável no Brasil estão sujeitos a uma matriz de riscos singular, na qual a volatilidade do mercado e fatores macroeconômicos e políticos domésticos exercem influência preponderante, e cuja compreensão é indispensável para uma gestão eficaz de carteiras.

Quanto à metodologia, optou-se por uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e objetivos explicativos, pautada em procedimentos bibliográficos e documentais. O estudo fundamenta-se na revisão sistemática de livros clássicos da área financeira, artigos acadêmicos indexados, relatórios de instituições como a B3 e o Banco Central, e dados históricos de mercado, buscando explicar as relações de causa e efeito por trás dos fenômenos de risco identificados.

A justificativa para esta investigação reside em sua dupla contribuição. Do ponto de vista teórico, o trabalho sintetiza e organiza o conhecimento sobre riscos aplicado ao cenário nacional, dialogando com a literatura existente. Do ponto de vista prático, os resultados servem como um guia elucidativo para investidores, permitindo a tomada de decisão mais informada, a construção de carteiras mais resilientes e a popularização de uma cultura de gestão de risco no país. Por fim, a escolha do tema é também reflexo da crescente relevância do mercado de capitais brasileiro e da necessidade de democratizar o acesso a informações cruciais para seu desenvolvimento sustentável.

1.1 Objetivos Gerais

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652

1.1.1 Objetivo Geral

Apresentar os riscos associados ao investimento em renda variável no mercado financeiro no Brasil.

1.1.2. Objetivos Específicos

I. Identificar os principais tipos de riscos associados a investimentos em renda variável.
II. Verificar o impacto da volatilidade do mercado brasileiro nos investimentos em ações
III. Examinar fatores macroeconômicos e políticos que influenciam a renda variável no Brasil.

2. Revisão da Literatura

2.1 Conceitos Fundamentais de Renda Variável

A renda variável se define por investimentos em títulos ou contratos cujo rendimento não é fixo, mas flutua conforme o comportamento do mercado. Instrumentos de renda variável se caracterizam por rendimentos desconhecidos ou indeterminados de antemão, já que dependem de fatores futuros, como as condições econômicas, assim proporcionam maiores retornos potenciais, contudo o risco de perdas significativas é consideravelmente maior (Morais, 2024).

Os ativos de renda variável, possuem retornos que flutuam conforme os resultados da companhia, dividendos distribuídos ou apreciação do preço, sem promessa de lucro (Braga e Leal, 2023).

Os autores ainda pontuam que os ativos financeiros, como ações e cotas de fundos de investimento, oferecem a possibilidade de ganhos significativos através da valorização de mercado, do pagamento de dividendos ou de resultados operacionais positivos das empresas.

Segundo Securato (2022) e Assaf Neto (2023), ativos financeiros com retornos flutuantes, estão constantemente sujeitos a riscos de mercado e outros riscos específicos, demandando acompanhamento constante. Considerando que a negociação desses ativos ocorra através de bolsa de valores, podem ainda ser

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652

impactados pelo cenário macroeconômico do país e ainda pelos resultados empresariais.

2.2 Características da renda variável

2.2.1 Volatilidade

Historicamente, a renda variável exibe uma volatilidade três vezes maior que a renda fixa, com flutuações diárias que podem ultrapassar 2% em períodos de instabilidade (Costa, 2023).

Segundo Hoji (2023) as oscilações de um ativo são influenciadas pela sua liquidez, pelo desempenho do setor econômico e pela avaliação de risco por parte do mercado.

Assim a volatilidade, quantificada estatisticamente pela dispersão, reflete a imprevisibilidade dos retornos de um ativo, ou seja, o grau e a regularidade com que seus preços oscilam (Assaf Neto, 2023). A volatilidade, mensurada pelo desvio padrão, é determinada pela dispersão dos retornos logarítmicos dos ativos em relação à sua média, utilizando uma versão modificada da fórmula padrão, ou seja:

Figura 1: Fórmula da Volatilidade

$$\text{Volatilidade } (\sigma) = \left[\frac{1}{n} \times \sum_{t=1}^{n} (R_t - \bar{R}_t)^2 \right]^{1/2}$$

Fonte: Assaf Neto (2023).

De acordo com o autor a fórmula da volatilidade considera que **n** é igual a quantidade de valores da série histórica em análise e **Rt** é igual ao retorno logarítmico dos preços verificados entre duas datas consecutivas.

Nesse caso a volatilidade de um ativo mobiliário é influenciada pelo nível de oscilação de preços ao longo do tempo, que por sua vez pode ser identificado retornos presentes considerando a evolução de valores em datas passadas.

2.2.2 Potencial Retorno Ajustado ao Risco

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652

Segundo Toro investimentos (2025) a relação risco-retorno explora a ligação entre o nível de risco inerente a um investimento e os ganhos potenciais que ele pode proporcionar. Em geral, investimentos mais arriscados tendem a oferecer retornos financeiros superiores, enquanto investimentos menos arriscados apresentam retornos mais modestos.

O risco, no contexto de investimentos, representa a chance de incorrer em perdas financeiras devido a flutuações do mercado, instabilidade econômica ou ocorrências inesperadas (Toro, 2025).

O retorno, em investimentos, refere-se ao resultado financeiro, positivo ou negativo, gerado por um ativo. Representa a compensação que os investidores almejam receber por assumir um determinado nível de risco (Toro, 2025).

O Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RAROC) configura-se como um instrumento valioso na análise de aquisições potenciais. A lógica central do RAROC reside na ideia de que investimentos ou projetos com maior grau de risco devem gerar retornos significativamente superior. Empresas que necessitam comparar múltiplas oportunidades de investimento ou projetos distintos devem considerar essa relação (Investopedia, 2024).

Figura 2: Fórmula de Retorno Ajustado ao Risco do Capital - RAROC

$$RAROC = \frac{r - e - e\,eu + se\,f\,c}{c}$$

Fonte: Investopedia (2024).

A fórmula prevê que **r** é igual a Receita, **e** é igual a Despesas, **e eu** é igual à perda esperada (considera a perda média durante um período específico), **se f c** se trata do rendimento de capital é igual a encargos de capital vezes a taxa livre de risco e **c** é o capital do investimento.

De acordo com Pereira (2022) entre as décadas de 2012 a 2022 o Ibovespa (O Ibovespa é principal índice de desempenho dos valores mobiliários negociados na B3) proporcionou um retorno médio anual 6,2% superior ao CDI, representando seu prêmio de risco. Isso sinaliza a recompensa adicional que os investidores obtiveram por alocar capital em ações brasileiras em comparação com um ativo de baixo risco.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652

O autor considera que essa diferença reflete a percepção de maior volatilidade e incerteza associadas ao mercado acionário. Assim os investidores demandam essa compensação para justificar a exposição a um risco potencialmente maior, influenciando as decisões de alocação de portfólio e a avaliação do custo de capital das empresas.

Já para Braga e Leal (2023) no período de 2015 a 2022, as ações de menor capitalização (small caps) apresentaram um retorno anualizado de 18,7%, superando os 12,4% das ações de maior capitalização (large caps), conforme dados da B3.

Os autores ainda informam que esses resultados podem ser atribuídos a diversos fatores, como maior potencial de crescimento dessas empresas em comparação com as já estabelecidas, além de uma possível menor cobertura por analistas, gerando oportunidades de valorização não plenamente exploradas. Essa disparidade histórica levanta questões importantes para a alocação de portfólio, ponderando o potencial de ganho versus o nível de risco aceitável para diferentes perfis de investidores no mercado brasileiro.

2.3 Indicadores Tradicionais de Liquidez

No mercado financeiro, os indicadores de liquidez são métricas-chave usadas para avaliar a capacidade de uma empresa ou de um ativo de cumprir suas obrigações de curto prazo ou de ser convertido em dinheiro rapidamente sem perda significativa de valor.

2.3.1 Liquidez imediata

Este indicador financeiro demonstra a proporção das obrigações de curto prazo (passivo circulante) que podem ser quitadas de forma instantânea. Geralmente, seu valor é reduzido devido ao baixo incentivo das empresas em manter grandes volumes de recursos líquidos em caixa, um ativo com rentabilidade operacional limitada (Assaf Neto, 2023).

Já Guimarães e Ozório (2018) informa que o índice de liquidez imediata estabelece uma relação exclusiva entre os ativos que podem ser convertidos em

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652
caixa de forma imediata (as disponibilidades) e as obrigações financeiras com vencimento no curto prazo (o passivo circulante).

Figura 3: Fórmula de Liquidez Imediata

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponível}}{\text{PC}}$$

Fonte: Assaf Neto 2023

De acordo a formula da Liquidez Imediata ela mostra a capacidade da empresa de pagar suas dívidas de curtíssimo prazo (PC - Passivo Circulante) usando apenas o dinheiro que ela já tem em caixa ou pode transformar em dinheiro na hora (Disponível). Se o resultado for 1 ou mais, a empresa consegue pagar essas dívidas imediatamente; se for menos de 1, ela não teria dinheiro suficiente para cobri-las só com o que tem na mão.

2.3.2 Liquidez seca

O indicador revela a proporção das obrigações de curto prazo que podem ser pagas utilizando os ativos circulantes de maior liquidez, como o disponível. Em essência, a liquidez seca (LS) avalia a capacidade de pagamento imediato da empresa com base em suas contas de caixa e equivalentes, além dos valores a receber (Assaf Neto, 2023).

O indicador de liquidez seca mensura a capacidade de uma empresa quitar suas obrigações de curto prazo utilizando apenas seus ativos mais líquidos, como disponibilidades e contas a receber. Essa métrica se diferencia por excluir itens do ativo circulante com menor liquidez, a exemplo de despesas antecipadas e outros ativos não monetários, focando nos recursos que efetivamente assegurem o pagamento imediato (Marques, Carneiro Junior, Kuhl, 2008).

Figura 4: Fórmula de Liquidez Seca

$$\text{LS} = \frac{\text{AC - Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}}{\text{PC}}$$

Fonte: Assaf Neto (2023).

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652

A Liquidez Seca avalia a capacidade da empresa de pagar suas dívidas de curto prazo (Passivo Circulante), usando seus ativos mais líquidos (AC - Ativo Circulante), mas desconsiderando o estoque e as despesas antecipadas, que são mais difíceis de transformar rapidamente em dinheiro. Se o resultado for 1 ou maior, significa que a empresa tem ativos líquidos suficientes, sem depender de vender o estoque, para cobrir suas obrigações imediatas.

2.3.3 Liquidez Corrente

A liquidez corrente, igualmente denominada liquidez de curto prazo ou índice de liquidez corrente (ILC), representa um indicador financeiro essencial que avalia a aptidão de uma empresa para saldar seus compromissos financeiros de curto prazo (passivo circulante) por meio de seus ativos de curto prazo (ativo circulante). Em termos práticos, demonstra quantos reais a empresa detém em ativos circulantes para cada real de dívida com vencimento próximo (Gitman, 2017).

Conforme esse indicador, avalia-se a aptidão da empresa para honrar seus compromissos financeiros de curto prazo. Seu cálculo envolve a divisão do ativo circulante pelo passivo circulante da companhia. Um resultado maior que 1 sinaliza que a empresa dispõe de ativos líquidos suficientes para cobrir suas dívidas de vencimento próximo (DA SILVA, 2024).

Figura 5: Fórmula de Liquidez Corrente

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

Se:	Denota:
$LC > 1,0$	CCL positivo
$LC = 1,0$	CCL nulo
$LC < 1,0$	CCL negativo

Fonte: Assaf Neto (2023).

A fórmula LC (Liquidez Corrente), mostrada como LC=PCAC, serve para verificar a capacidade de uma empresa pagar suas dívidas de curto prazo (PC - Passivo Circulante) utilizando todos os seus bens e direitos que podem ser convertidos em dinheiro no mesmo período (AC - Ativo Circulante), como caixa,

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652

contas a receber e estoques. Um resultado acima de 1 indica que a empresa tem mais ativos de curto prazo do que dívidas de curto prazo, sugerindo uma boa capacidade de honrar seus compromissos.

2.3.4 Liquidez Geral

A liquidez geral (LG), também denominada índice de liquidez geral, constitui um indicador financeiro que objetiva avaliar a capacidade integral de pagamento de uma empresa, abrangendo tanto seus compromissos de curto prazo (passivo circulante) quanto os de longo prazo (passivo não circulante), em relação à totalidade de seus ativos, incluindo os circulantes e os não circulantes (realizável a longo prazo). Em termos práticos, demonstra quantos reais em ativos totais a empresa dispõe para cada real de dívida total (Braga, 2019).

Para Matarazzo (2010) a liquidez geral revela o poder de solvência da empresa, indicando quantos reais a companhia possui disponíveis para cada R$ 1,00 de suas obrigações totais, tanto as de vencimento próximo quanto as de longo prazo.

Conforme Almeida (2017), esse indicador financeiro revela o montante de créditos a receber, tanto no curto quanto no longo prazo, em relação ao total de dívidas da empresa, mostrando quantos reais a companhia tem a receber para cada R$ 1,00 de suas obrigações totais.

Figura 6: Fórmula de Liquidez Geral

$$LG = \frac{\text{AC+Realizável a Longo Prazo}}{\text{PC+Exigível a Longo Prazo}}$$

Fonte: Assaf Neto (2023)

O cálculo da Liquidez Geral (LG) envolve a junção do Ativo Circulante (bens e direitos que a empresa pode transformar em dinheiro em até um ano) com o Realizável a Longo Prazo (bens e direitos que serão convertidos em dinheiro após um ano), e dividindo esse total pela soma do Passivo Circulante (dívidas de curto prazo) com o Exigível a Longo Prazo (dívidas de longo prazo). Essa análise oferece uma visão completa da capacidade da empresa de honrar todas as suas

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652

obrigações financeiras, tanto no curto quanto no longo prazo, usando todos os seus ativos que podem se tornar dinheiro.

Dessa forma, Matarazzo (2010) pontua que a liquidez geral contribui para avaliar a capacidade da empresa de gerar caixa em relação ao montante total de suas dívidas. Com isso, obtém-se uma visão de longo prazo, ponderando os potenciais entradas e saídas de recursos financeiros.

2.4 Principais instrumentos de renda variável no Brasil

2.4.1 Ações

Segundo Assaf Neto (2025) as ações representam a menor divisão do capital social de uma sociedade anônima. Esses títulos, tipicamente negociáveis, são distribuídos aos acionistas proporcionalmente ao capital investido.

As ações podem ocorrer com ou sem valor nominal, conforme estabelecido no estatuto social da empresa. Caso possuam valor nominal, todas as ações emitidas deverão ter o mesmo valor, sendo vedada a emissão de novas ações com valor distinto.

Conforme o BTG Pactual (2021), existem dois tipos principais de ações: Ordinárias (ON) e Preferenciais (PN). As ações ordinárias garantem ao acionista o direito de voto nas assembleias da empresa e a proteção do *tag along*. O *tag along* assegura que, em caso de venda da companhia, os acionistas minoritários com ações ON possam vender suas participações por, no mínimo, um percentual do valor pago aos acionistas controladores.

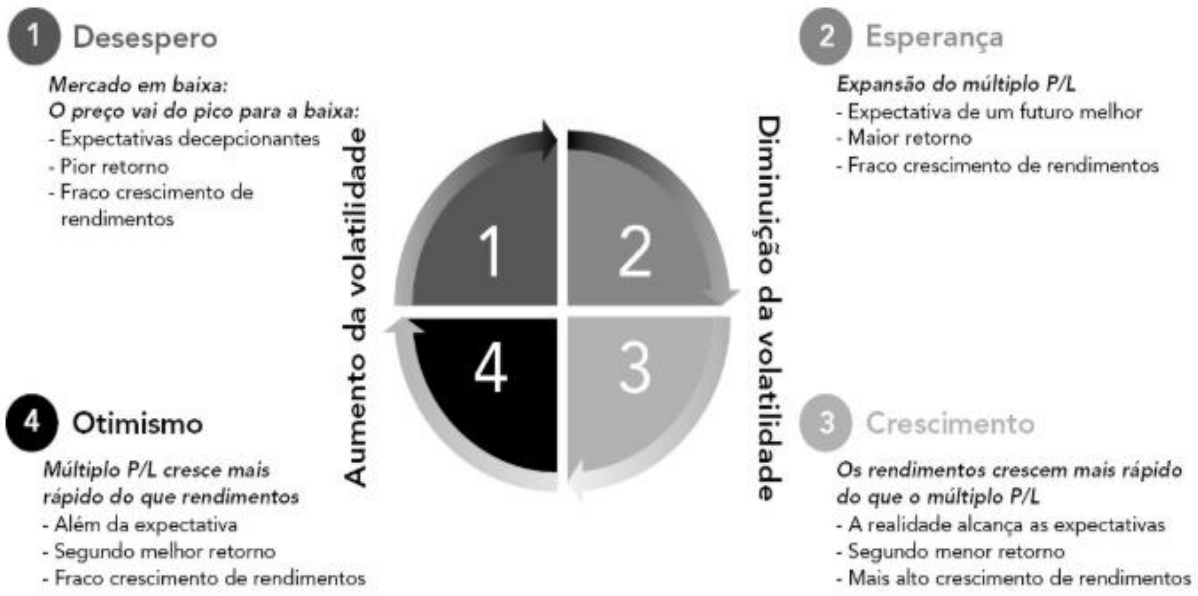
Luquet e Rocco (2008) afirmam que a ação do tipo ordinária dar o direito ao investidor de participar de votação em assembleias da empresa, no Brasil é comum as empresas deterem a maior parte dos títulos desse formato. Já as Ações Preferenciais não dão direito ao voto em assembleia, mas proprietários destas ações possuem preferência aos pagamentos destas ações, por exemplo, proprietários de ações preferenciais recebem dividendos da empresa antes de proprietários de ações ordinárias, possuindo assim maior liquidez.

A dinâmica de um ciclo de investimento geralmente envolve um período de baixa, marcado pela queda dos preços, e um período de alta, caracterizado pela

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652

elevação ou relativa estabilidade dos preços com retornos positivos, assim pode-se identificar que há quatro fases do ciclo da ação (Oppenheimer, 2021).

Figura 7: As quatro fases do ciclo da ação:



Fonte: Goldman Sachs Global Investment Research (2021).

Para entendimento, Oppenheimer (2021) descreve-se as fases observadas na Figura 7, começando pela a **Fase de Desespero**, que é o período onde pode ser observado no mercado uma tendência inicial de pico (elevação) para baixa, que pode ser chamado de mercado em baixa.

Na continuidade, tem a **Fase de Esperança** um período breve (cerca de nove meses nos EUA), é quando o mercado se recupera e o múltiplo P/L se expande, antecipando o crescimento do lucro e o pico do múltiplo P/L posterior. Conforme Goldman Sachs Global Investment Research (2021) e Oppenheimer (2021), é uma fase crucial para investidores, gerando os maiores retornos do ciclo, mesmo começando com dados econômicos fracos. O principal impulsionador são as expectativas, e o momento ideal de compra ocorre quando as condições econômicas, embora fracas, mostram sinais de desaceleração na deterioração.

Já a **Fase de Crescimento** é tipicamente o período mais extenso, com duração média de 49 meses nos Estados Unidos, caracterizada pela geração de crescimento nos lucros e consequente obtenção de retornos.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652

A **Fase de Otimismo** é a etapa final do ciclo, caracterizada pelo aumento da confiança dos investidores, que pode levar à complacência. Neste período, as avaliações tendem a subir e a exceder o crescimento dos lucros, preparando o cenário para a próxima correção do mercado.

Assim o investimento em ações deve considerar toda a dinâmica de mercado que estão inseridas e ainda analisar outros riscos inerentes a este título de valor mobiliário.

2.4.2 BDR

A partir da segunda metade dos anos 90, a abertura do mercado financeiro brasileiro a investidores estrangeiros possibilitou a negociação de BDRs (Brazilian Depositary Receipts) na bolsa de valores nacional. Conforme Assaf Neto (2025), os BDRs são certificados que representam ações de empresas estrangeiras de capital aberto, permitindo que sejam negociadas no Brasil.

Para os investidores brasileiros, este título surge como uma opção de investimento em ações e títulos de dívida (e similares) de empresas estrangeiras. Ao alocar parte do capital em BDRs, o investidor consegue diversificar sua carteira, combinando ações de empresas brasileiras com ações de companhias internacionais negociadas no Brasil.

A emissão dos BDRs é lastreada em ações de empresas sediadas no exterior, que podem ser originárias tanto do mercado primário (emissão inicial de ações) quanto do mercado secundário (negociação em bolsas estrangeiras).

O BDR representa uma via de diversificação para investimentos com exposição internacional. Recentemente, o Banco Central do Brasil (BCB, 2022) divulgou indicadores de inflação que apontam para uma composição menos favorável, somada a novas pressões em itens voláteis, que torna necessário considerar esses fatores para uma revisão das projeções de curto prazo para investimentos lastreados em títulos do mercado internacional.

2.4.3 Debentures

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652

Debêntures são um valor mobiliário de dívida emitido por empresas. Ao adquirir a debênture, o investidor se torna credor da empresa, emprestando seu capital e recebendo remuneração por isso (Melo Neto, 2016).

São instrumentos usados por empresas para captar recursos no mercado de capitais, financiando projetos ou gerindo dívidas. Os valores obtidos através da emissão de debêntures podem ser usados de diversas formas, como em investimentos, no alongamento de dívidas e no financiamento do capital de giro (CVM 2023).

Abaixo é evidenciado características de debêntures, para CVM (2023, p.79):

> Ao adquirir debêntures, o investidor não está virando sócio da companhia, como acontece com as ações. Na verdade, o debenturista está emprestando dinheiro para a companhia, que se compromete a devolver os valores emprestados e pagar juros por esta operação, conforme prazos e condições previamente combinados.
> Desta forma, a debênture é um título de crédito privado de renda fixa em que os debenturistas são credores da empresa e esperam receber juros periódicos e o pagamento do principal – correspondente ao valor unitário da debênture – no vencimento do título ou mediante amortizações, conforme estipulado em um contrato específico chamado "Escritura de Emissão" (CVM, 2023, p.79).

Assim as debentures são títulos de crédito privado de renda fixa que representam um empréstimo do investidor para uma companhia, onde o debenturista se torna credor e tem o direito de receber juros periódicos e o valor principal de volta, conforme as condições e prazos estabelecidos na "Escritura de Emissão".

2.4.4 ETF - *Exchange Traded Funds*

Os ETFs (*Exchange Traded Funds*) representaram uma inovação significativa no mercado financeiro da década de 1990. O primeiro ETF, o SPDR S&P 500 ETF Trust (SPY), foi lançado nos EUA em 1993, com o objetivo de replicar o índice S&P 500, inaugurando uma nova era de investimento passivo (Poterba; Shoven, 2002). Desde então, os ETFs se popularizaram enormemente entre os investidores, devido à sua flexibilidade, transparência e baixos custos. Em 2020, o mercado global de ETFs alcançou mais de 7 trilhões de dólares em ativos sob gestão, evidenciando seu forte crescimento e ampla aceitação no mercado financeiro (ICI, 2021).

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652

De acordo com a CVM (2023), os ETFs, também denominados *Exchange Traded Funds* ou Fundos de Índice regulados pelo Anexo Normativo V da Resolução CVM 175, são fundos de investimento de prazo indeterminado que buscam replicar as variações e a rentabilidade de um índice de referência (índice subjacente). Esses fundos são constituídos sob a forma de condomínios abertos, com suas cotas admitidas à negociação em bolsas de valores.

A CVM (2023, p.113) traz algumas vantagens de se investir em uma classe de fundo de índice, como a rapidez e eficiência para participar do mercado de ações, devido a possibilidade de investidor em uma cesta de ações de diversas empresas, compondo uma carteira equilibrada com títulos de diferentes mercados de atuação, contribuindo assim com a diversificação de investimentos, com baixo custo de taxa de administração e gestão.

2.4.5 Fundos Imobiliários

O Fundo de Investimento Imobiliário é um instrumento de investimento coletivo que reúne recursos de diversos investidores para aplicação em ativos e empreendimentos do setor imobiliário (Assaf Neto, 2025).

A participação indireta no segmento imobiliário tem aumentado, tanto entre investidores individuais quanto institucionais, como fundos de pensão, seguradoras e gestores de investimentos (Scolese, 2015).

Se considerar investimentos diretos em imóveis geralmente requerem um capital inicial elevado, pois o valor de cada investimento corresponde ao valor do imóvel adquirido. Já o Fundo de Investimento Imobiliário permite que pequenos investidores invistam no setor imobiliário com quantias relativamente baixas, e frequentemente possibilita a diversificação através da participação em diversos empreendimentos (CVM, 2023).

Os fatores de risco dos Fundos de Investimentos Imobiliários, de acordo com a CVM, são os seguintes:

- Mercado Financeiro: os Fundos Imobiliários podem sofrer os mesmos riscos presentes no mercado financeiro e nas empresas. Eventualmente, os riscos podem afetar certos tipos de imóveis ou imóveis localizados em regiões específicas;
- Taxa de Ocupação Imobiliária: é determinada pela taxa de crescimento econômico. Uma redução nesta taxa de ocupação, por exemplo, pode tanto produzir uma diminuição

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652

nas receitas de aluguéis, como uma desvalorização de seus preços;

- Liquidez Reduzida: os Fundos de Investimento Imobiliário ainda são poucos conhecidos no mercado financeiro nacional, o que gera uma menor liquidez principalmente se comparados com outras alternativas de investimentos financeiros disponíveis. Isto pode determinar uma maior dificuldade dos investidores em negociar suas cotas no mercado secundário (baixa liquidez) (Assaf Neto, 2025).

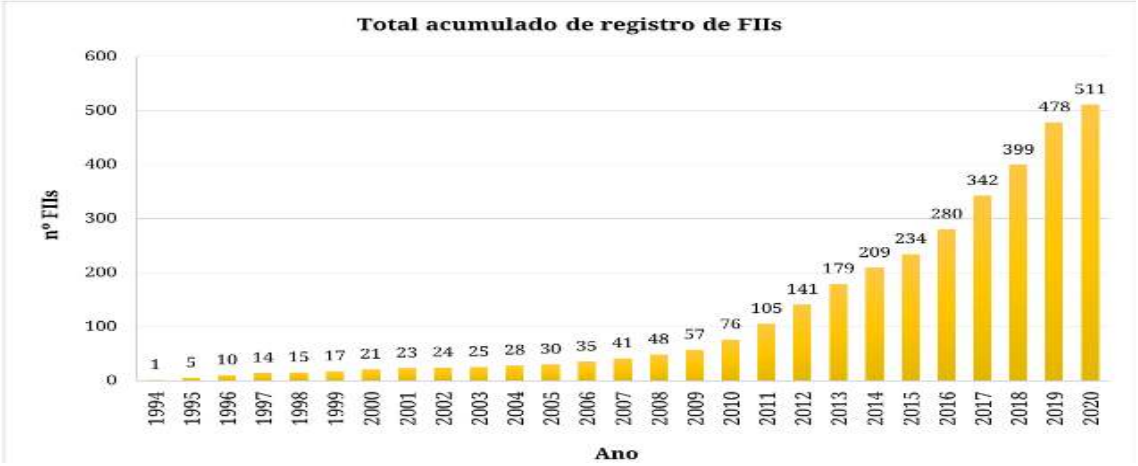
No mercado imobiliário brasileiro, a emergência das finanças se manifesta de diversas maneiras, incluindo a transformação na estrutura de propriedade das grandes incorporadoras (Shimbo, 2010; 2016), a alteração na racionalidade da gestão imobiliária de agentes econômicos relevantes (Magnani, 2021), e o aprimoramento dos processos de mobilização da propriedade imobiliária como forma de investimento, com destaque para os FIIs.

Em 2008, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia responsável por regular o funcionamento do mercado de valores mobiliários no país, aprovou a Instrução CVM 472 (Brasil, 2008). Essa medida representou um marco importante, ampliando significativamente a base de investimentos permitidos aos FIIs e, consequentemente, impulsionando o desenvolvimento e a diversificação desse mercado.

Assim desde esse período o número de fundos imobiliários tem apresentado um crescimento notável (Gráfico 1). Embora Instrução tenha sido um marco crucial, outros fatores também impulsionaram o desenvolvimento do mercado de FIIs. Entre os mais relevantes, destacam-se o fortalecimento da base institucional (com o regime tributário diferenciado, a criação de novos títulos imobiliários, a instituição do patrimônio de afetação, entre outros), a gradual redução da taxa básica de juros e o aumento da participação de investidores pessoa física (Nakama, 2021).

Gráfico 1: Total acumulado de registro de FIIS

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652



Fonte: Nakama (2021) baseado em dados da CVM.

Outro ponto relevante é levantado por Ferreira (2015) e Pessanha (2019) foi o ingresso de grandes grupos econômicos (GGEs) no setor de fundos imobiliários. Que permitiu a concentração da administração e da gestão desses fundos por bancos nacionais, o que configura uma particularidade do cenário brasileiro. Ao se envolverem na estruturação e administração desses fundos, as instituições bancárias desempenharam um papel crucial no aumento do capital investido em FIIs.

2.4.6 Derivativos

Derivativos são instrumentos financeiros cujo valor é determinado por um ativo subjacente, também conhecido como ativo de referência. Esses contratos não possuem valor intrínseco, pois seu preço deriva das variações de um ativo primário, como commodities, ações ou taxas de juros (Assaf Neto, 2008).

Os instrumentos financeiros Derivativos podem ser definidos e caracterizados de acordo com Bahiana (2010), Assaf Neto (2021, 2008), Bones (2012), Reis *et al* (2008), Kloeckner (2008), como:

a) **Contrato a termo**: representam instrumentos financeiros derivativos que estabelecem a obrigação de compra ou venda de um ativo específico em data futura predeterminada, por um preço fixado no momento da contratação.

b) **Contratos futuros:** são acordos em que duas partes se comprometem a comprar ou vender um ativo em uma data futura, por um preço fixado no

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652

momento da contratação. Se, até o vencimento, o preço de mercado do ativo variar em relação ao valor acordado, as diferenças são ajustadas diariamente entre comprador e vendedor.

c) **Swaps:** são contratos entre duas partes que trocam fluxos de caixa (pagamentos ou recebimentos) com base em índices de referência públicos. Não há troca do valor principal – apenas as diferenças são ajustadas.

d) **Opções:** são instrumentos financeiros derivativos que conferem ao seu detentor o direito - mas não a obrigação - de comprar (call) ou vender (put) um ativo-objeto por um preço preestabelecido (preço de exercício), em uma data futura específica (vencimento).

2.5 Riscos Associados aos Investimentos em Renda Variável

2.5.1 Risco de Mercado

O risco de mercado é a chance de perdas em investimentos devido a mudanças nos preços dos ativos. A volatilidade, que mede a intensidade e a frequência dessas mudanças, é um fator chave. Alta volatilidade significa oscilações maiores e mais rápidas, aumentando tanto o potencial de lucro quanto de prejuízo. Medir a volatilidade é essencial para gerenciar o risco, permitindo que investidores e instituições avaliem a incerteza e ajustem suas estratégias de alocação de capital e precificação de derivativos. Entender a volatilidade é crucial para criar portfólios resilientes e tomar decisões financeiras mais informadas (Securato, 2015).

Além da volatilidade, fatores macroeconômicos influenciam significativamente o risco de mercado. Variáveis como taxas de juros, inflação, crescimento do PIB, políticas governamentais e eventos geopolíticos impactam diretamente os mercados. Por exemplo, juros altos podem desvalorizar ativos de renda fixa e encarecer o crédito, prejudicando ações de empresas endividadas. Inflação alta pode reduzir o poder de compra dos investimentos, e recessões econômicas geralmente levam à queda dos preços dos ativos. Analisar esses fatores é crucial para antecipar movimentos do mercado e ajustar investimentos de forma proativa (Rossi, 2018).

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652

A volatilidade e os fatores macroeconômicos estão complexamente conectados. Crises financeiras ou choques de oferta, por exemplo, frequentemente elevam a volatilidade, pois os investidores reagem à incerteza. Por outro lado, uma economia estável tende a reduzir a volatilidade, acalmando o mercado. Gerenciar o risco de mercado eficazmente exige não só quantificar a volatilidade, mas também analisar continuamente os indicadores macroeconômicos. Assim, instituições e investidores usam modelos para prever o impacto de cenários macroeconômicos, visando minimizar perdas e maximizar retornos.Risco de Liquidez (dificuldade de conversão em caixa), (Neto, 2025).

2.5.2 Risco Operacional

O risco operacional representa a possibilidade de perdas, diretas ou indiretas, resultantes de falhas internas. Isso inclui erros humanos, problemas em sistemas de informação, fraudes ou eventos externos. Em essência, é a perda esperada se a gestão de riscos falhar em prevenir incidentes. Para um banco, esse risco geralmente se origina de três áreas: pessoas, processos e tecnologia (Neto, 2025).

Falhas sistêmicas representam um risco operacional significativo, originando-se de interrupções em sistemas de TI, erros de software ou hardware, falhas de comunicação ou deficiências na arquitetura dos sistemas. No ambiente financeiro, altamente dependente da tecnologia, uma falha sistêmica pode paralisar operações críticas, como o processamento de transações ou o acesso a informações. As consequências incluem perdas financeiras diretas (multas), indiretas (perda de clientes, interrupção de negócios) e danos à reputação. Mitigar esse risco exige sistemas de TI robustos, redundância, segurança cibernética e planos de recuperação de desastres (Brasiliano, A. 2022).

2.5.3 Risco Cambial

O risco cambial surge quando ativos, passivos ou fluxos de caixa são expostos a variações nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras (Pesqueira, 2020). Essa é uma preocupação central para empresas com atividades internacionais e investidores com portfólios em diferentes moedas. A taxa de câmbio pode flutuar bastante devido a fatores econômicos e geopolíticos, como

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652

diferença nas taxas de juros, balança comercial, inflação ou instabilidade política. Uma mudança inesperada no valor de uma moeda pode afetar diretamente o valor de investimentos, o custo de importações ou a lucratividade de operações internacionais, resultando em perdas financeiras.

A instabilidade do câmbio é um desafio constante nas finanças internacionais, pois surge da exposição de ativos, passivos e fluxos de caixa a flutuações nas taxas de câmbio (Carvalho, 2018). Essas variações, movidas por fatores econômicos e geopolíticos como diferenças nas taxas de juros e balança comercial, podem impactar diretamente o valor dos investimentos e a lucratividade de operações com moedas estrangeiras. Por isso, analisar continuamente esses fatores é fundamental para que empresas e investidores ajustem suas estratégias, visando minimizar perdas e otimizar retornos no mercado globalizado.

2.5.4 Risco Político e Regulatório

O risco político e regulatório se refere à chance de perdas financeiras ou interrupção de negócios devido a eventos ou alterações no cenário político e legal (Bragança & Rocha, 2018). Esse risco é especialmente relevante para empresas atuantes em mercados internacionais ou em setores muito regulados. Mudanças na legislação são um aspecto crucial, abrangendo alterações em leis tributárias, políticas comerciais, normas ambientais, leis trabalhistas ou regulamentações específicas de setores como o financeiro. Tais mudanças podem elevar custos, restringir operações, diminuir lucros ou até inviabilizar investimentos, impactando diretamente o valor dos ativos e a capacidade de geração de receita da empresa.

A possibilidade de perdas financeiras ou interrupções operacionais advém de eventos ou mudanças no ambiente político e legal. Esse risco representa a probabilidade de perdas financeiras ou interrupções operacionais decorrentes de eventos ou mudanças no ambiente político e legal (Gonçalves Filho, 2024). Empresas que operam em mercados internacionais ou em setores altamente regulados são particularmente suscetíveis a esse risco. Alterações legislativas, como novas leis tributárias, políticas comerciais, normas ambientais ou regulamentações setoriais (financeiro, energia), são um componente crucial. Essas mudanças podem elevar custos, restringir operações, diminuir a lucratividade ou

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652

até mesmo inviabilizar investimentos, impactando diretamente o valor dos ativos e a capacidade de geração de receita de uma empresa.

3. Considerações Finais

3.1 Para Investidores

Ao tratar do mercado de capitais e os instrumentos financeiros que este dispõe para investimentos é relevante ter conhecimento como se comporta cada um desses valores mobiliários e os riscos associados.

O estudo traz uma vertente que busca conscientizar os investidores sobre seu perfil de risco, visto que estudos evidencia que cerca de 68% dos investidores brasileiros subestimam os riscos da renda variável (ANBIMA, 2023).

Ao categorizar os principais riscos (mercado, liquidez, crédito e comportamental), se fornece uma possibilidade de avaliação dos riscos, considerando que investidores despreparados tendem a sofrer perdas significativas por desconhecerem a volatilidade extrema que se relaciona a cada tipo de investimento em renda variável.

Os riscos apresentados – de mercado, operacional, cambial e político-regulatório – podem ter repercussões significativas para os investidores, tanto no Brasil quanto globalmente. A volatilidade do mercado, impulsionada por fatores macroeconômicos como taxas de juros e inflação, pode corroer o valor dos investimentos e dificultar a previsão de retornos. Simultaneamente, falhas operacionais em instituições financeiras, desde erros humanos a interrupções de sistemas, podem levar a perdas financeiras diretas, interrupção de transações e danos à reputação, impactando a confiança do investidor e a segurança de seus ativos.

Para mitigar esses riscos e proteger seus portfólios, os investidores precisam adotar uma abordagem proativa e diversificada. É crucial realizar uma análise contínua dos indicadores macroeconômicos e geopolíticos, que servem como sinais de alerta para potenciais volatilidades ou mudanças regulatórias. A diversificação de ativos em diferentes classes, moedas e geografias pode ajudar a reduzir a exposição a qualquer risco isolado.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652

3.2 Para acadêmicos

Esta pesquisa busca contribuir para estudos sobre mercados emergentes, destacando a singularidade do caso brasileiro (alta sensibilidade a fatores políticos).

Academicamente, o estudo oferece uma análise integrada dos múltiplos riscos (mercado, operacional, cambial, político-regulatório) em investimentos em ações no Brasil. Ele preenche lacunas na literatura ao abordar esses riscos de forma conjunta e no contexto de um mercado emergente, oferecendo uma compreensão mais profunda e contextualizada.

Além disso, a pesquisa aplica e valida conceitos teóricos de gestão de risco à realidade da bolsa brasileira, mostrando como essas teorias se manifestam e podem ser gerenciadas localmente. Isso é valioso para a academia, fornecendo uma base para futuras investigações sobre resiliência de portfólios adaptadas às peculiaridades do país.

Por fim, ao destacar a subestimação de riscos por investidores brasileiros (ANBIMA, 2023), a pesquisa abre caminho para estudos futuros sobre o comportamento do investidor e a importância da educação financeira em mercados emergentes, contribuindo para uma compreensão mais completa do ecossistema de investimentos.

Referências

ASSAF NETO, Alexandre A. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque**

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652
Econômico-financeiro. 13. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. p.169. ISBN 9786559775125.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 15. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. p.153. ISBN 9788597028171. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597028171/. Acesso em: 05 abr. 2025.

ASSIS, Maike Feliphe Alves. **Contabilidade financeira e finanças: análise das demonstrações contábeis através dos indicadores financeiros de uma cooperativa de crédito durante a pandemia**. 2021. Tese de Doutorado. Disponivel em: https://dspace.fasf.edu.br/bitstream/handle/123456789/111/Maike%20Feliphe%20Alves%20de%20Assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 mai. 2025.

BAHIANA, Ricardo Fernandes. **Mercados derivativos**. 2010. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/13197/1/Derivativos.pdf. Acesso em: 19 mai. 2025.

BDMG. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. **Risco de Liquidez**. Disponível em: https://www.bdmg.mg.gov.br/wp-content/uploads/2018/10/Gestao_do-_Risco_de_Liquidez.pdf Acesso em: 26 mar. 2025.

BONES, L. S.; CRUZ, M. R.; MENEGOTTO, M. L. A. Derivativos: Conceito e Contabilização. **XII Mostra de Iniciação Científica, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão**, 2012. Disponivel em: https://web.archive.org/web/20161106162234id_/http://www.ucs.br:80/etc/conferencias/index.php/mostraucsppga/mostrappga/paper/viewFile/3428/1010. Acesso em: 19 mai. 2025.

BRAGA, H. R. (2019). **Demonstrações financeiras: contabilidade societária** (3a ed.). Atlas.

BRAGA, M.; LEAL, R**. Investimentos de Alto Retorno**. Rio: Elsevier, 2023.

BRAGANÇA, G. G. F. de; ROCHA, K. **Risco Regulatório no Brasil: Conceito e Contribuição para o Debate**. Texto para Discussão IPEA, n. 2382. 2018. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

BRASILIANO, A. **Gerenciamento Inteligente de Riscos - The Book of Risk**. 2022. Editora Brasport.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652
CARVALHO, C. A. P. **Finanças Internacionais**. 2018. Editora Atlas: São Paulo.

COSTA, F. **Análise Quantitativa de Ativos**. SP: Saraiva, 2023.

COSTA, Kevyn Fraga. **Otimização de carteiras de investimentos baseadas em ETFs através dos modelos de Markowitz e Black-Litterman**. 2024. Disponivel em:https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/284864/001241471.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 19 mai. 2025.

CVM, Comissao de Valores Mobiliários. **TOP valores mobiliários**. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/investidor/pt-br/educacional/publicacoes-educacionais/livros-cvm/cvm-livro_top_valores_mobiliarios_br_5ed.pdf/. Acesso em: 19 mai. 2025.

DA CRUZ, Sâmia Izabela Polerá et al. Análise dos resultados dos índices de liquidez entre as empresas dos índices MidLarge Cap e Small Cap da [B]. **Revista da FAE**, v. 23, n. 1, p. 109-122, 2020. Disponivel em: https://revistafae.fae.emnuvens.com.br/revistafae/article/view/662/520. Acesso em: 16 mai. 2025.

DA SILVA BICALHO, Elton et al. Análise de indicadores da liquidez: estudo multicaso sobre o setor calçadista no Brasil. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 9, p. 15105-15126, 2023. Disponivel em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2573. Acesso em: 16 mai. 2025.

DA SILVA, Me Elcio Cordeiro. Índices de Liquidez na Contabilidade Gerencial. Disponivel em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/67503/1/%C3%8Dndices%20de%20Liquidez%20na%20Contabilidade%20Gerencial.pdf. Acesso em: 16 mai. 2025.

DE MATTOS, Artur Fernandes et al. Análise de indicações de ações oferecidas por bancos. **REVISTA DELOS**, v. 18, n. 66, p. e4750-e4750, 2025. Disponível em: https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/4750/2651. Acesso em: 17 mai. 2025.

DE MELLO, Gilmar Ribeiro et al. A influência da liquidez na rentabilidade das empresas listadas no Índice Bovespa. **Revista de Contabilidade e Controladoria (RC&C)**, v. 7, n. 2, 2015. Disponivel em: https://www.proquest.com/openview/0b9a12ddefe79460c260ca627ab0c32a/1?cbl

=696317&pq-origsite=gscholar. Acesso em: 16 mai. 2025.

DE OLIVEIRA, Adrean Andressa Freitas et al. Tentando vencer o dragão com BDR, Ações e ETF. **Caderno Pedagógico**, v. 20, n. 8, p. 3468-3483, 2023. Disponivel em: https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/1561/1644. Acesso em: 17 mai. 2025.

GALVÃO, Alexandre M.; OLIVEIRA, Virginia Izabel de; FLEURIET, Michel; et al. **Gestão de riscos no mercado financeiro**. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2018. E-book. p.120. ISBN 9788547233037. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547233037/. Acesso em: 26 mar. 2025.

GIL, Antonio C. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. p.16. ISBN 9786559770496. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770496/.

GITMAN, L. J.; ZUTTER, C. J. **Princípios de administração financeira**.14a ed. Pearson Education do Brasil: São Paulo, 2017.

HOJI, M. Administração Financeira Avançada. 14ª ed. SP: Atlas, 2023. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775125/. Acesso em: 12 mai. 2025.

INFO MONEY. Renda Variavel. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/guias/renda-variavel/. Acesso em:

INFO MONEY. Renda Variavel. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/guias/renda-variavel/#:~:text=Em%20linhas%20gerais%2C%20investimentos%20de,dos%20investimentos%20de%20renda%20fixa. Acesso em: 06 mai. 2025.

INVESTOPEDIA. RAROC. Disponível em: https://www.investopedia.com/terms/r/raroc.asp. Acesso em: 12 mai. 2025.

MELO NETO, Joaquim Lucas de. Renda fixa e renda variável: uma análise descritiva das rentabilidades dos investimentos no Brasil. 2016. Disponivel em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/35307/1/2016_tcc_jlmeloneto.pdf. Acesso em: 19 mai. 2025.

MORAIS, Vitor Morita de. **Investimentos em renda variável no mercado brasileiro: da teoria na gestão de portfólios à prática no python**. 2024.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652
Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/41910. Acesso em: 28 mar.2025.

NAKAMA, Vinicius Kuboyama; RUFINO, Beatriz. Os fundos de investimento como movimento do complexo financeiro-imobiliário no Brasil. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 24, p. e202233, 2022. Disponivel em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7103/5492. Acesso em: 19 mai. 2025.

NETO, Alexandre A. **Mercado Financeiro**. 16. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. p.114. ISBN 9786559776726. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776726/. Acesso em: 05 abr. 2025.

OPPENHEIMER, Peter C. **Lucrando com ações no longo prazo: como ganhar com os ciclos do mercado financeiro**. Porto Alegre: Bookman, 2021. E-book. p.49. ISBN 9788582605639. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582605639/. Acesso em: 17 mai. 2025.

PEREIRA, J. **Renda Variável na Prática**. RJ: Campus, 2022.

GONÇALVES FILHO, Péricles. **Regulação de risco no Brasil: o papel da ciência no processo regulatório**. 2024. Editora Fórum: Belo Horizonte.

PESQUEIRA, R. H. **Mercado de Câmbio e Risco Cambial**. 2020. Editora FGV.

ROSSI, J. W. **Macroeconomia do Desequilíbrio e o Mercado Financeiro Brasileiro**. 2018. Editora Atlas: São Paulo.

SCOLESE, Daniel et al. Análise de estilo de fundos imobiliários no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 9, n. 23, p. 24-35, 2015. Disponivel em: https://revistas.usp.br/rco/article/view/83452/100251. Acesso em: 19 mai. 2025.

SECURATO, J. **Decisões Financeiras em Cenários Complexos**. SP: Saint Paul, 2022.

Securato, J. R. **Cálculo Financeiro das Tesourarias: Bancos e Empresas**. 2015. Saint Paul Editora.

TAQUETTE, S. R.; BORGES, L. **Pesquisa qualitativa para todos**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2020. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 16 abr. 2025.

TORO. Investimentos, risco e retorno. Disponível em: https://blog.toroinvestimentos.com.br/investimentos/risco-e-retorno/. Acesso em:

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/fcys6652

12 mai. 2025.